

ATA N.º 1/2022

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022:

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, na Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense, sita na Avenida das Escolas, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e António Manuel Prioste Salvador (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho Aparício (CHEGA), Ana João dos Santos Lima (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Margarida da Silva Martins (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Tiago Brás Correia (GCEPP) e José Joaquim Vitorino Pedrosa (PS) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público, por videoconferência (através de marcação prévia, com 48 horas de antecedência, para 262 780 100 ou assembleia.municipal@cm-peniche.pt).

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Nomeação de dois representantes das Freguesias do Concelho, a designar pela Assembleia Municipal de Peniche para a Comissão Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais;

3) Nomeação de um representante da Assembleia Municipal de Peniche para o Conselho Cinegético Municipal;

4) Nomeação de um representante do Município de Peniche para integrar o Conselho da Comunidade do ACES OESTE Norte, a designar pela Assembleia Municipal;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o arrendamento do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo e Parque Aquático de Peniche;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para integração do Município de Peniche na AGEO - Associação Geoparque Oeste;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a constituição de empresa intermunicipal de transporte;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os mapas de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2021;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2022 (modificação 1).

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Tiago Brás Correia (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e José Joaquim Vitorino Pedrosa (PS) encontravam-se a substituir os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Fez um agradecimento especial à Direção da Associação de Educação Física, Desportiva, Recreativa Penichense, na pessoa da sua Presidente, Dra. Paula Rendeiro, que se disponibilizou prontamente para colaborar com a Assembleia Municipal de Peniche.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 5/2021, respeitante à sessão ordinária do mês de setembro, realizada no dia 17 de setembro de 2021, a ata n.º 6/2021, respeitante à primeira sessão da Assembleia Municipal de Peniche para o quadriénio de 2021 a 2025, realizada no dia 15 de outubro de 2021, e a ata n.º 7/2021, respeitante à sessão extraordinária, realizada no dia 26 de novembro de 2021, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Relativamente a este assunto, usaram da palavra os senhores adiante

identificados:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Indicou que, em relação às atas n.º 6 e 7/2021, de 15 de outubro, e de 26 de novembro de 2021, existem duas correções a fazer.

Francisco Salvador (PSD):

Chamou à atenção que o nome do Segundo Secretário estava escrito de forma errada.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 5/2021 – Aprovada, por unanimidade, com três votos a favor.

Ata n.º 6/2021 – Aprovada, por unanimidade, com dezanove votos a favor.

Ata n.º 7/2021 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa deu conhecimento do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal:

- Convite para a sessão “Mobilidade – uma estratégia para o Oeste”, que se realizou no dia 10 de fevereiro, no Centro Cultural e Congressos de Caldas da Rainha;
- Convite do Instituto Politécnico de Leiria para assistir à cerimónia de tomada de posse do Diretor da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM), senhor Professor Dr. Sérgio Leandro, no dia 26 de janeiro;
- Petição pública pela rejeição da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) para o concelho de Peniche;
- Convite para participar da vigília pelo Centro de Saúde, enviado pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, no dia 25 de janeiro;
- Convite do Município de Peniche e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, para a apresentação do projeto “Espaço Multidisciplinar”;
- Receção de um email dos senhores Sebastião Monteiro e Christian, profissionais da panificação e pastelaria com a intenção de regressar a Portugal; e
- Receção de um email do senhor José Bastos sobre a eliminação de espaços verdes no Baleal Sol Village I, que por sua vez fez chegar as preocupações dos membros e apoiantes da comissão de moradores, utentes, proprietários e empresários do Baleal.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Vítor Agostinho (CDU):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de saudação:

«Pela criação da Comissão de Utentes de Saúde do concelho de Peniche

O Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária vem desta forma saudar a criação da Comissão de Utentes da Saúde do concelho de Peniche, recentemente criada com o intuito da defesa do serviço público de saúde no nosso concelho, sendo de salientar o exemplo de consciência cívica por parte destes munícipes. Trata-se de um grupo independente e autónomo de cidadãos que pretende lutar pelo acesso aos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares no concelho de Peniche, motivada pela situação vivida pela população, em particular a da Freguesia de Atouguia da Baleia, e pela falta de resposta ao nível dos serviços de saúde do Município.

Queria aproveitar, também, para saudar a aprovação, pelo executivo da reunião de hoje, pela criação da Comissão Municipal de Saúde em Defesa dos Utentes da Acessibilidade aos Cuidados de Saúde do SNS, proposta pela Coligação Democrática Unitária.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que era com o maior orgulho que iria desempenhar o cargo que lhe foi conferido pela população do concelho de Peniche, e com espírito democrático como é apanágio da força política que representa.

Referiu que iria contribuir para que todos sejam capazes de prestar um serviço público efetivo ao concelho para que, sem rodeios, possam fazer a diferença no bem-estar de toda a população, permitindo assim um real desenvolvimento, e é com esta postura e sem qualquer condicionalismo que irá desenvolver as suas funções neste Órgão.

Apresentou, verbalmente, as seguintes recomendações:

«Considerando os relevantes serviços prestados à população de Peniche como Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, senhor comandante e antigo autarca, destacando-se pela sua dedicação, elevado altruísmo e sentido de lealdade com que honrou a missão dos soldados da paz e ao qual acompanhou e inspirou gerações de bombeiros, tendo sido distinguido e agraciado com diversas condecorações, recomendamos à Câmara Municipal a alteração toponímica da Rua da Ponte Velha, na freguesia e concelho de Peniche, passando aquela artéria a designar-se como Rua Comandante Jacinto Pedrosa.»

«Sendo a fotografia um dos meios mais perfeitos para compreender e valorizar o património cultural de um povo e em particular das gentes do concelho de Peniche, e graças a este registo é possível voltarmos no tempo.

Um cidadão Francês que, no período de 1974–2004, residiu em Peniche e fotografou cerca de 2.500 momentos da vida quotidiana do nosso concelho, nas suas diversas vertentes, constituindo assim um acervo considerável sobre a nossa terra e de igual valor Cultural.

Recomendamos à Câmara Municipal que encete contactos com o senhor Dominique Subervielle para que possa ser possível a instalação de uma exposição fotográfica na nossa terra, sendo, em nossa opinião, preferencialmente, o futuro Centro Cívico e Intergeracional de Peniche o local de eleição para esta manifestação Cultural.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, a moção que a seguir se transcreve:

«Moção:

Voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa

Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.

A Assembleia Municipal, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022,

- Apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;

- Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

- Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações à do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.

Sim à paz. Não à guerra!»

Propuseram que este documento pudesse, após aprovação, ser enviado à Embaixada da Rússia, Embaixada da Ucrânia, ao Governo Português e à Assembleia da República.

José Pedrosa (PS):

Considerando as diversas situações que têm ocorrido junto de estabelecimentos de animação noturna, que perturbam o sossego das pessoas que habitam ao redor dos mesmos, apresentou, verbalmente, a seguinte recomendação:

«Considerando a inexistência de um Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do concelho de Peniche;

Considerando que a legislação geral, em vigor, parece ser considerada manifestamente insuficiente para que, quem de direito, controle o funcionamento de alguns estabelecimentos, especialmente os de abertura noturna, por forma a que alguns dos seus clientes se dignem a respeitar as regras mínimas necessárias ao descanso físico e psicológico dos habitantes das zonas habitacionais onde se situam;

Tendo em conta, ainda, que o cumulo dos considerandos anteriores vem, desde há muito e em zonas específicas da cidade, gerando desacatos e situações de grave conflitualidade interpessoal, perturbadoras da ordem pública e da segurança dos moradores locais.

A Assembleia Municipal de Peniche, reunida em 25 de fevereiro de 2022, recomenda à Câmara Municipal de Peniche a urgente elaboração de um Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no concelho de Peniche, que deverá considerar que, quer as tipologias quer a localização dos mesmos, por forma a permitir que os justos anseios comerciais dos seus proprietários e desejada a fruição dos seus clientes, não colidam com o respeito das boas regras da vida em sociedade.»

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Belmiro da Silva Pereira, pessoa muito conhecida por todas as razões, mas fundamentalmente por razões humanistas. Propôs que a Assembleia Municipal aprovasse o voto de pesar e desse conhecimento do mesmo à família.

Hugo Martins (GCEPP):

Fez um cumprimento muito especial a todo o povo Ucrainiano e, também, a toda a comunidade Ucrainiana residente no nosso concelho. Uma palavra de solidariedade para com o país, esperando que prevaleçam valores, tais como a democracia, a liberdade e a via diplomática para que a guerra acabe o mais urgente possível.

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de saudação:

«Felicitou a Associação de Educação Física, Cultural, Recreativa Penichense que assinalou este mês os seus 120 anos de vida. Referir que é importante um novo vigor e esta nova força que a associação está a ter. Os meus parabéns!»

Aproveitou para agradecer a disponibilização do espaço para a realização da Assembleia Municipal.

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de congratulação:

«Um voto de congratulação ao Município, por Peniche estar, oficialmente, de regresso ao Circuito Mundial de Surf, depois de um interregno que houve, devido à pandemia. Quero felicitar o Município por continuar a fazer esta aposta, que projeta o nome de Peniche no país e no mundo. É preciso continuar a valorizar a marca “Peniche – Capital da Onda” e reconhecer, também, o bom trabalho que o executivo da CDU fez, durante os seus três mandatos, nesta área, que projetou o nome de Peniche além-fronteiras.»

Para a etapa que iniciará no dia 03 de março, desejou a todos uma boa prova.

Carla Delgado (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de felicitação:

«Considerando que o paradigma da escola tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, reconhecendo que é urgente e determinante para o futuro das próximas gerações, estar disposto a antecipar desafios, inovar metodologias e definir estratégias, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche não pode deixar de felicitar a Escola Secundária de Peniche pela iniciativa de reunir na escola os vários Stakeholder’s e as várias entidades, para juntos definirem a oferta formativa e profissional do futuro.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, a seguinte saudação:

«A Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propõe um voto de saudação a todas as entidades e a todos os cidadãos que tornaram possível a realização do ato eleitoral para a eleição da Assembleia da República 2022.

Deixamos o nosso reconhecimento público e agradecimento a todos que, durante a 5.ª vaga da pandemia da Covid-19 no país, asseguraram este ato eleitoral.»

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de louvor:

«Reconhecendo a importância do desporto para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens do nosso concelho, a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propõe um voto de louvor ao Grupo Desportivo de Peniche, ao Grupo Desportivo de Atouguia da Baleia e ao Sporting Clube da Estrada pela qualidade formativa que proporcionam aos nossos jovens atletas.

Também, a Associação de Futebol de Leiria reconheceu esta qualidade e o desempenho destes três clubes, através da atribuição de certificado como Centros Básicos de Formação de Futebol e de Futsal.»

João Gomes (PS):

Apresentou, verbalmente, a moção que a seguir se transcreve:

«Moção:

A invasão da Ucrânia que se encontra a decorrer, efetuada pela Federação Russa e que está a provocar a morte de cidadãos inocentes e a obrigar milhares de famílias a fugir do seu país é um ato horrendo e desumano impensável de ocorrer em pleno século XXI.

A Federação Russa, sob o comando do senhor Vladimir Putin, está a praticar uma ação desumana e cruel, própria de um déspota que despreza a vida humana e que semeia a morte indiscriminadamente e destrói a vida de cidadãos de um país vizinho utilizando pretextos fúteis de geoestratégia política.

Perante esta invasão, o mundo não pode ficar indiferente a ver um país soberano a ser destruído selvaticamente por outro país.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida em sessão de 25 de fevereiro de 2022:

- manifesta a sua solidariedade para com os cidadãos ucranianos e em especial com os cidadãos ucranianos residentes no nosso concelho e que estão a acompanhar, com mágoa e tristeza, o que os seus familiares e compatriotas estão a sofrer e assistir à destruição do seu país natal;

- condena veemente a invasão bárbara e impiedosa da Ucrânia, por parte da Federação Russa, que ocupou um país soberano e que se está a comportar como um país incivilizado, cruel e sanguinário e sem respeito por vidas humanas inocentes.»

Propuseram que este documento pudesse, após aprovação, ser enviado à Embaixada da Ucrânia, Embaixada da Rússia e Associação de Ucranianos residentes em Portugal.

Luís Almeida (PSD):

Relativamente ao voto de louvor proposto, com o qual concorda, disse que quando se falava em futebol e em futsal se deveria referir o Peniche Amigos Clube, que está a fazer um belíssimo trabalho, no âmbito do futsal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relativamente ao conjunto de felicitações e moções apresentadas, disse que concordavam, mas a questão, em relação à guerra que existe hoje no mundo, concretamente na Europa, deveria ser discutida em separado, até porque tinham direito ao contraditório.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Referiu que existem duas moções cujas bases são contraditórias. Questionou se os proponentes das moções pretendiam fazer uma única, dando um espaço para a escrita, ou se as iriam votar.

João Gomes (PS):

Disse que a solução seria votar, porque as moções eram incompatíveis.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que fazia todo o sentido discutir uma a uma, até porque, apesar da contradição que foi levantada, julga que o senhor Deputado João Gomes não ouviu o primeiro parágrafo da moção apresentada pela CDU, no entanto, fez questão de ler: *“Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;...”*

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que, talvez, a melhor solução fosse tentar encontrar uma redação única.

João Gomes (PS):

Adiantou que a forma como a moção, apresentada pela Bancada da Coligação Democrática Unitária, estava escrita não era compatível com a que foi apresentada pela Bancada do Partido Socialista e que não prescindiam daquele texto. Sugeriu que se votasse.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que concordava com o senhor Deputado João Gomes, até porque a relação que a Coligação Democrática Unitária tem com a República Russa é com o Partido Comunista da Rússia e não com o Vladimir Putin que, como se sabe, de quatro em quatro anos é Presidente da Rússia, de quatro em quatro anos muda a Constituição da República Russa, passa para Primeiro Ministro, quatro anos depois muda e volta para Presidente da República, portanto, com este senhor não alinhavam, de qualquer forma, em 2014, o atual Presidente da Ucrânia tomou o poder pela força.

Acrescentou que estavam perante uma guerra em que existem milhares de pessoas que não têm nada a ver com estes problemas e vão ser os que vão morrer vítimas desta guerra, e esta guerra só tinha uma solução, ser parada rapidamente, por isso, na moção defendem a negociação imediata.

Adiantou que existe um aspeto que não concordavam que tem a ver com todos aqueles que se apressaram a avançar rapidamente com sanções económicas. Esquecem-se que os cidadãos Russos são tão homens e mulheres como os Ucrânios, e que os cidadãos Russos são pessoas, e as pessoas não merecem sanções, precisam que se negocie e resolver o problema pacificamente, é este o fundamento da moção e o objetivo é que haja Paz.

Luís de Almeida (PSD):

Disse que, se a Bancada da Coligação Democrática Unitária retirasse a apologia/redação que faz desculpando a atitude da Rússia, com certeza que votariam na moção, no entanto, no meio da preocupação pela Paz, da qual todos concordavam, quase que se desculpa a Rússia dando culpas à Ucrânia e, neste sentido, concordava que as duas moções apresentadas eram totalmente incompatíveis.

Aproveitou para apresentar a sua solidariedade a todos os Ucrânios que estão a sofrer com esta questão.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Fez referência a um comentário que leu nas redes sociais: «*Há NATO a mais à volta da Rússia.*»

Disse que este era um problema de blocos militares e todos querem influenciar, e há interesses fortíssimos, mas a questão essencial não era desculpar o Putin.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que este tema era muitíssimo interessante e que era da atualidade, mas que já chegava, porque na Assembleia Municipal gostariam de tratar eminentemente de assuntos relativos ao concelho, no entanto, estavam a falar da guerra da Ucrânia, que era interessante para votar uma moção. Atendendo que foram apresentadas duas moções e, pessoalmente, reconhecia que elas eram incompatíveis, para evitar ter de votar contra ou

abster-se numa e votar favoravelmente a outra, sugeriu que se fizesse a substituição das moções por uma simples, que redija o seguinte: “*Não há Guerra, sim há Paz, por todos os meios.*”, independentemente de ela ter sido motivada por um ou outro motivo, porque neste capítulo não há ninguém dos envolvidos que estivesse inocente.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Reiterou que as duas moções eram incompatíveis pelo que solicitou que se procedesse à votação.

Deliberação n.º 1/2022: Submetidas as duas moções a votação, foi a moção apresentada pela Bancada do Partido Socialista, aprovada por maioria, com dezoito (18) votos a favor, três (3) votos contra e duas (2) abstenções.

A Bancada da Coligação Democrática Unitária informou que iria apresentar declaração de voto sobre este assunto.

A Bancada do Chega apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

«Declaração de Voto

Voto contra a moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária e abstenção relativamente à moção apresentada pelo Partido Socialista, referentes à guerra na Ucrânia:

Tendo em conta que dois grupos partidários apresentaram moções sobre a lamentável guerra na Ucrânia e que não houve entendimento sobre a conciliação de ideias e apresentação de uma moção única, portadora de uma mensagem que manifestasse as preocupações e a solidariedade uníssona de todos os partidos políticos representados nesta assembleia municipal e não de um dos partidos, em particular, e que a defesa e a promoção da paz residem na abertura para o diálogo e no desejo de conciliação de ideias e intenções, o Partido Chega considera que a recusa de uma moção conjunta sugere o oposto da mensagem pacificadora que se pretende transmitir.»

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Deu conta que o Grupo do Partido Social Democrata solicitou um atendimento com o senhor Presidente da Câmara, no dia dois de janeiro, onde iriam apresentar algumas questões, opiniões e soluções para assuntos de interesse para o concelho, que poderiam ou não ser usadas pelo Executivo.

Informou que o Partido Social Democrata solicitou na Assembleia Intermunicipal do Oeste a realização de uma reunião extraordinária sobre o estado da Saúde Pública na área da Oestecim, a fim de apresentar as reais preocupações da população do concelho de Peniche, relativamente a este assunto. Solicitou que fossem disponibilizados, por parte da Câmara Municipal, a todos os Deputados de Peniche que integram a Assembleia Intermunicipal os dados mais recentes e concretos que o Executivo possa ter sobre este assunto. Acrescentou que a reunião estava prevista para a segunda quinzena do mês de março, pelo que esperam obter os dados em tempo útil.

Ainda no âmbito da Saúde, solicitou, com a maior urgência, que fosse implementada a Comissão Municipal de Saúde, que, por proposta da Coligação

Democrática Unitária, foi aprovada hoje na reunião de Câmara, porque assim poder-se-ia dar resposta aos legítimos anseios de toda a população do concelho, dentro daquilo que diz respeito à Saúde.

Perguntou se existia algum projeto ou alguma ideia para o arranjo da zona demolida na Rua 13 Infância. Disse que o Partido Social Democrata poderia dar como sugestão de aproveitamento da zona construída, a antiga cadeia, para se criar um espaço destinado a reunir, albergar e apresentar os trabalhos de artistas e artesãos locais, completada com uma área de ajardinamento e estacionamento. Referiu que esta obra não seria dispendiosa, naturalmente dignificaria aquele espaço por forma a que os artesãos pudessem recriar aquilo que, em tempos, existia na Fortaleza de Peniche e que, neste momento, era impraticável.

Solicitou que, sempre que se realizassem iniciativas de vulto, no âmbito Cultural, artístico, apresentações públicas de projeto ou outros eventos, fossem endereçados convites a todos os Deputados Municipais e, sempre que se justifique, deveria ser sugerido às entidades locais promotoras de iniciativas similares que igualmente o fizessem. Referiu que isto vinha no propósito de uma apresentação que ocorreu há uns dias, promovida pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, e que os Deputados Municipais não tiveram conhecimento.

Disse que foi, hoje, apresentada uma recomendação, com a qual concordava, relativamente ao Regulamento Municipal de Horários de Estabelecimentos, e sabia que o Executivo mantém uma avença de mil e quinhentos euros mensais, há mais de quatro anos, com uma técnica externa para rever e elaborar os Regulamentos Municipais. Questionou quais foram os regulamentos revistos e elaborados nos últimos quatro anos e aprovados em Assembleia Municipal, lugar de competência para esse efeito.

Informou que visitou a Nauticampo de Lisboa e verificou que a representação Institucional do Município era muito escassa. Referiu que se tratando de um evento de divulgação turística deveria ser mais cuidada a participação do Município, tendo em conta a importância de que se reveste o setor turístico para a economia do concelho. Indicou que se aproximavam outros eventos, nomeadamente a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, e convinha preparar uma participação adequada, em conjugação estreita com a Oestecim, com a disponibilização de meios de promoção, com realce para aspetos diferenciadores do nosso concelho. Acrescentou que não se poderiam perder estas oportunidades, pois estes certames são visitados por milhares de pessoas e por muitos operadores turísticos.

Disse que, na próxima semana, iria dar início a Etapa do Campeonato Mundial de Surf, promovido pela Rip Curl, que contará com a colaboração logística da Câmara Municipal de Peniche. Perguntou que ações estavam previstas para aproveitar a presença de dezenas de milhares de pessoas em Peniche, de modo a fazê-las deslocar-se da Praia dos Supertubos para a zona Central de Peniche.

Luís de Almeida (PSD):

Disse que gostaria de obter um ponto de situação sobre as responsabilidades da autarquia na gestão da Área Portuária, se já tem algumas, e quais são. Referiu que a abordagem do Partido Social Democrata sobre este tema era de extrema importância, porque é da opinião que a zona portuária é um tecnopolo industrial no centro da cidade, fundamental para o desenvolvimento de Peniche. É onde está localizado o Setor económico da Pesca, muitíssimo relevante quer para a nossa identidade, quer para a economia. Está instalado um Estaleiro Naval que poderia e deveria albergar outras

empresas de manutenção naval, mas o facto de o Estaleiro Naval ter uma exclusividade quase que impedia que outras empresas lá possam desenvolver trabalhos. Integra uma Unidade de Investigação, o “Cete Mares” e será construída uma incubadora de empresas da qual a Câmara Municipal de Peniche é uma das principais acionistas, o Smartocean. Na anterior Assembleia Municipal foi referido que este poderia vir a ser a incubadora de Peniche e no Grupo do Partido Social Democrata estamos preocupados com a questão da formação profissional e do relacionamento com o Centro de Emprego e Formação Profissional. Expressou que a Câmara Municipal, muito provavelmente, terá de ter um papel muito ativo na gestão daquela Instituição e não deixar que seja exclusivamente o Instituto Politécnico de Leiria a fazê-lo, porque se assim for há componentes de uma incubadora que ficam menos tratados, concretamente a formação profissional.

Disse, ainda, que o Porto de Pesca poderia /deveria albergar uma Marina de Recreio. Para o Partido Social Democrata a Marina de Recreio é uma estrutura turística muito importante, mas, no todo do Porto de Pesca, não é o mais importante, há fatores muito mais importantes que devem ser trabalhados. Os aspetos referidos evidenciam o potencial da zona portuária que tem sido gerida pela Docapesca, da qual não se percebe grande iniciativa de desenvolvimento e sobre a qual não se percebe pressão da autarquia para um melhor ordenamento do Porto de Pesca, melhoria das condições das empresas ali existentes e abertura para instalação de outras empresas, concretamente da manutenção naval. Expressou que, em paralelo, seria interessante desenvolver com a Docapesca um novo modelo de funcionamento da Lota de Peniche, onde parte da riqueza gerada ficasse em Peniche, fosse para melhoria da própria área portuária ou para outras formas de benefício para Peniche. Em resumo, a autarquia de Peniche poderia liderar/desafiar a parceira Docapesca a tornar o Porto de Peniche um polo efetivo de desenvolvimento empresarial dos Setores relacionados com o Mar.

Solicitou esclarecimentos sobre: que intervenção efetiva tem a autarquia na gestão do Porto de Peniche; como pensa a autarquia otimizar a transferência parcial de benefícios gerados pelo Porto de Peniche, no sentido de melhoria dos rendimentos e da qualidade de vida dos cidadãos de Peniche.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma saudação à Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense e aos seus dirigentes e deu os parabéns pelo trabalho desenvolvido.

Disse que, em relação ao pedido de reunião, entendeu que era em nome pessoal do senhor Francisco Salvador e não do Grupo do Partido Social Democrata, mas pode ter sido um erro de interpretação.

Sobre a Saúde, disse que iriam procurar corresponder ao que solicitaram.

Quanto à Comissão Municipal de Saúde, referiu que a mesma se reuniria assim que possível. Informou que endereçaram um email à Comissão de Utentes para que estivessem presentes na reunião de Câmara de 11 de março.

Em relação à Rua 13 de Infantaria, disse que existem dois projetos, no entanto, registou o que foi proposto, mas, na sua opinião, deveriam ser mais ambiciosos para aquele espaço. Indicou que aguardava que a Divisão de Obras Municipais pudesse desenhar o alinhamento solicitado. Informou que a preocupação era retirar, o mais breve possível, aquele telhado que tem amianto.

Concordou que se deveriam convidar os senhores Deputados para as iniciativas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, até porque a iniciativa referida era limitada por questões de auditório, mas poderia sugerir à Direção dos Bombeiros que

pudessem preparar uma apresentação para os membros da Assembleia Municipal.

Disse que não sabia quantos Regulamentos Municipais estavam a ser trabalhados, são vários, e contava, ainda, no decorrer do mês de março apresentar alguns à Câmara Municipal, e na sessão de abril ou junho da Assembleia Municipal fará parte da ordem de trabalhos alguns desses Regulamentos. Relativamente ao Regulamento Municipal dos Horários de Estabelecimentos, informou que estava elaborado há muito tempo, foi a reunião de Câmara no mandato passado e não foi aprovado por uma questão concreta, neste momento está a ser trabalhado pela Jurista que o senhor Francisco Salvador referiu.

Relativamente à área portuária, disse que a Câmara Municipal, oficialmente, ainda não recebeu a descentralização de competências e a área que foi negociada. Aguardam que o novo Governo tome posse para voltarem a falar sobre este assunto. Referiu que comungava de algumas das preocupações mencionadas pelo senhor Deputado Luís de Almeida, mas não era fácil dado que a gestão da Docapesca é autónoma, dependente do Estado Central, da Secretaria de Estado das Pescas, em termos de recetividade não se podia queixar e, daquilo que tem visto nos últimos dias, achava que estavam a intervir, finalmente, em alguns espaços do Porto de Pesca. Quanto às considerações feitas, em relação ao Smartocean, disse que não se sentia incomodado, é verdade que a Câmara Municipal é o sócio maioritário com mais capital investido, mas, em termos científicos é um privilégio ter o acompanhamento e a dinâmica, que agradeceu, da parte da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, que não rejeitam e não têm qualquer receio que seja assim. Adiantou que têm estado a trabalhar, com alguma dinâmica, para apresentar uma nova candidatura em breve, que se prevê a cem por cento para a edificação, e após a sua aprovação seria lançada a empreitada, passando a haver uma nova dinâmica, até porque é objetivo da Associação fazer mais sócios, e a seu tempo poderão ir falando sobre as questões colocadas, nomeadamente, em relação à formação profissional, mas também em relação a outros aspetos do Porto de Pesca, não esquecendo que existem responsabilidades e sensibilidades próprias, mas simpatizava com a possibilidade de se criar novas dinâmicas entre o Município, os empresários e a Docapesca. Em relação aos Estaleiros, concordava com o senhor Deputado Luís de Almeida, tem que se ver, quiseram, inclusive rever os limites do estaleiro, pelas circunstâncias que conheciam do estado financeiro achavam que aquilo iria mudar rapidamente e que poderiam ter ali outro tipo de oportunidades para as empresas do concelho, mas iriam aguardar.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Relativamente à Nauticampo, disse que o Município de Peniche ao longo de vários anos tem participado e nos anos recentes, este em particular, participou no âmbito daquilo que é a Estação Náutica do Oeste, e reconheceu que, nesta exposição em concreto, atempadamente teriam que trabalhar para ter uma presença mais efetiva.

Em relação à Etapa do Campeonato do Mundo de Surf, gostaria de se associar àquilo que é o reconhecimento geral da grande maioria dos munícipes e de muitos autarcas, de que o concelho de Peniche tem vindo a trabalhar bem nesta colaboração institucional de coorganização na realização da etapa do Campeonato do Mundo de Surf, que teve o seu apogeu na altura da governação da Coligação Democrática Unitária, mas tem havido um trabalho de continuidade que é de realçar, todavia, partilhava das mesmas preocupações, aliás, não escondia que fez sempre menções de que faltava dar o salto, ou seja, que todos tinham a obrigação de contribuir para trazer o Campeonato do

Mundo, não só para a cidade, mas envolvendo todo o concelho.

Informou o seguinte:

- Relativamente ao stand do Município na Aldeia do Surf, este ano será mais digital, mais inovador, com um painel interativo, em que pode passar imagens e vídeos que potenciem todas as nossas belezas naturais, a nossa cultura e identidade, todas as mais valias;

- Haverá também uma impressora 3D que possibilita impressões de pequenas lembranças que possam oferecer a quem nos visita;

- Haverá um modelo de *Care Coatch*, com várias temáticas, realçando, para além do que foi dito anteriormente, organizações desportivas, porque este ano será retomada a Corrida das Fogueiras, previsivelmente uma etapa do Triatlo e, por isso, aproveitaram o momento para esta promoção;

- Haverá um reforço, no que diz respeito aos *outdoors* e pendões espalhados na cidade;

- Haverá uma moldura para fotografias e para *selfies*;

- Estão a trabalhar no sentido de ter um semáforo que realce se a prova está *on* ou *off*, em termos informativos;

- Haverá um muppi no Mercado Municipal de Peniche que possibilite a quem usufrui daquele espaço poder assistir em direto às provas, e que estará disponível de três a treze de março;

- Será colocado na Praça Jacob Rodrigues Pereira um écran gigante;

- Haverá no Centro de Alto Rendimento e, também, na Praça Jacob Rodrigues Pereira, sessões de Yoga, exposições, através da ativação da marca Casa MEO – Meo Surf Point;

- Haverá um surf mecânico, no Centro de Alto Rendimento;

- Estarão promotores da MEO na Praça Jacob Rodrigues Pereira para fazer a ativação da marca;

Disse que, relativamente a este evento em particular, o protocolo correu muito bem, foi feito um convite concertado entre o senhor Presidente da Câmara e a organização Oceans's Events e foi enviado para todos os Deputados Municipais, para todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e todos os Vereadores um convite formal.

Referiu que, provavelmente, nas próximas edições teriam que dar destaque às Juntas de Freguesia de Ferrel, Serra d'El-Rei e Atouguia da Baleia.

Acrescentou que, para além disto, houve um esforço gigantesco por parte de todos os funcionários da Câmara Municipal de Peniche, desde os Chefes de Divisão, Técnicos Superiores e todos os restantes trabalhadores Municipais, porque, para além desta prova que se vai realizar, de três a treze de março, haverá também, nos dias 26 e 27 de fevereiro a primeira etapa do Campeonato Regional de Surf do Centro, da Federação Portuguesa de Surf, e de 28 de fevereiro a um de março, a Finalíssima Europeia do Rip Curl Groumsearch.

Informou que foi solicitado aos serviços municipais que contactassem a restauração de Peniche, no sentido de se colocar nos cacifos dos 50 atletas, vouchers oferecidos pelos restaurantes de Peniche, que aderiram de forma muito efetiva.

No que diz respeito à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, disse que iriam tentar standardizar os stands, ou seja, tentar replicar na BTL, com outros *input*, aquilo que será o Stand do Município e assim criar uma imagem concertada, uniforme, que possa divulgar corretamente a nossa imagem, tradições, cultura e a beleza natural. Disse, ainda, que iriam ter também merchandising durante o decorrer do Campeonato do Mundo de

Surf.

Vítor Agostinho (CDU):

Disse que a Assembleia Municipal de Peniche, na sua última sessão, deliberou por maioria, propor à Câmara Municipal de Peniche a alteração da periodicidade das suas reuniões, em particular salientando a existência de duas sessões, por mês, abertas à intervenção do público. Perguntou se tal já foi objeto de discussão no Executivo da Câmara Municipal e para quando se previa a sua implementação.

José Monteiro (CDU):

Disse que a obra da 2.^a fase de requalificação do Fosso estava a decorrer a bom ritmo, que saudou, que naquela requalificação do eixo rodoviário Marginal – Fosso – Rua da Ponte Velha contempla um reordenamento do trânsito e estacionamento, sobretudo entre a ponte da Avenida do Porto de Pesca e os Portões de Peniche de Cima. Gostaria de saber de que forma se iria questionar o futuro fluxo de trânsito na rotunda junto aos Bombeiros Voluntários de Peniche. Perguntou se a obra em curso não iria afunilar o fluxo de trânsito, complicando a manobra de veículos pesados, e se estava prevista, pela equipa técnica, alguma alternativa em termos de mobilidade.

Em relação à Rua 13 de Infância, perguntou se seria possível, entre os fluxos de fundos do PRR ou do Portugal 2020, haver algum projeto para que, efetivamente, pudesse haver uma candidatura e evitariam que aquele espaço, que aquela imagem de degradação não prevalecesse durante muito tempo.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Perguntou se já existia um cronograma de discussão e apreciação do Plano Diretor Municipal que pudesse partilhar com a Assembleia Municipal.

Disse que, no ano passado, foi apreciado o assunto relativo ao protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e o Grupo Desportivo de Peniche, que aproveitou para saudar, e, como se podia ler na ata da dita sessão, teve a oportunidade de considerar que aquilo que estava em apreciação na Assembleia Municipal ia ter um chumbo do Tribunal de Contas e referiu as razões e, curiosamente, no parecer do Tribunal de Contas, na página cinco, leu o seguinte: «*Numa perspetiva mais global, atendendo todo o esquema negocial em presença, pode estar aqui consubstanciada uma encomenda de obra pública a uma entidade privada e conseqüente endividamento por interposta pessoa, quer às regras e limites do endividamento municipal.*» Expressou que se deveria evitar esta situação se todos se ouvissem na Assembleia Municipal, porque a Bancada da Coligação Democrática Unitária disse que isto iria acontecer e, na altura, foram apresentados argumentos que a Coligação Democrática Unitária tinha consciência que dificilmente passariam no crivo do Tribunal de Contas, por isso, terá de ser encontrada uma outra solução. Acrescentou que, relativamente a questões desta natureza, a Câmara Municipal deve ouvir a Assembleia Municipal e sobre assuntos como este, que são estruturantes, sugeriu que antes de estes assuntos serem agendados na Assembleia Municipal possa haver uma reunião entre a Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os líderes dos Grupos, para que este tipo de assuntos seja dissipado antes de ser presente na Assembleia Municipal, para evitar situações como esta.

Em relação à intervenção do senhor Vereador Ângelo Marques, disse que, no essencial, concordava com o que disse, relativamente ao Mundial de Surf, mas não conseguiu perceber como era possível estar-se a preparar um grande evento, que, como

se sabe, teve a oportunidade de colaborar na organização durante muitos anos, e a Câmara ter tido uma atitude diferente relativamente ao Carnaval. Expressou que, na sua opinião, a decisão tomada, relativamente ao Carnaval, foi precipitada e em situações futuras deve ser melhor pensada. Chamou à atenção para duas situações, a Câmara Municipal da Figueira da Foz irá realizar o Carnaval de acordo com as suas condições e com medidas preventivas que tomou, e a Câmara Municipal de Sesimbra também, portanto, considera o Mundial de Surf muito importante para Peniche, e a Coligação Democrática Unitária teve um papel importante para a sua realização nos anos em que esteve na presidência, e as questões do Carnaval deveriam levá-los a pensar que apesar de tudo há que preparar o presente e o futuro e não se pode ficar em casa e, mais do que nunca, a diversão é fundamental para ultrapassar algumas dificuldades.

Indicou que tem a felicidade de participar nas reuniões do PRR e gostava de perceber, do ponto de vista dos programas, nomeadamente na Área Digital, quais eram os programas que o Município de Peniche preparou. Considera um elemento importante, uma oportunidade que devem aproveitar, até porque estavam a falar de muitos milhões de euros nesta área.

Solicitou que fosse prestada uma informação à Assembleia Municipal sobre qual o plano que a Câmara Municipal tem para enquadrar em habitação digna a comunidade cigana, e também qual o plano para as centenas de pessoas que são deste concelho e que precisam de habitação social.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado Vítor Agostinho, disse que respeitava as recomendações dos senhores Deputados, mas pretendem manter o sistema, porque dá melhores resultados, aliás, a Coligação Democrática Unitária quando teve maioria absoluta adotou este sistema.

Referiu que, a questão colocada pelo senhor José Monteiro, já a colocou também a três pessoas diferentes, porque também lhe parecia que a rotunda junto aos Bombeiros Voluntários de Peniche é um pouco apertada, mas o Gabinete de Projeto diz que é assim que está previsto, a empresa esteve a verificar com os seus técnicos e também acha que é funcional e os Técnicos do Município indicaram que é funcional, portanto, teriam que aguardar, caso seja necessário mais tarde corrigir-se será fácil.

Disse que o cronograma do Plano Diretor Municipal seria estabelecido a partir do momento em que a Câmara Municipal fechasse a discussão principal. Deu conta que discutiram e avaliaram algumas das questões que estavam por avaliar, no dia 23 de fevereiro, numa reunião extraordinária. Marcaram uma nova reunião extraordinária para o dia 16 de março, e que a partir do momento em que pudesse fechar na Câmara Municipal, que era o que deveria ter acontecido desde o princípio, antes de se falar de questões que não estavam consensualizadas nem votadas. Assim que as coisas estejam consensualizadas marcará com a Comissão de Acompanhamento do PDM e darão os passos seguintes, inclusive com as entidades externas.

Em relação a ouvir a Assembleia Municipal sobre assuntos importantes, disse que concordava e pensa que o farão quando se tornar possível ou quando for necessário, mas não para tudo.

Sobre as candidaturas do PRR, disse que estavam a aproveitá-las todas, pequenas e grandes, portanto, vão trabalhando de acordo com os avisos e as informações que têm, no digital, mas também noutras áreas. Referiu que tinham uma boa equipa, que agradece, e que estão a corresponder muito bem.

Quanto à habitação social, indicou que, em primeiro lugar, iria apresentar à Câmara Municipal qual o plano, porque a Estratégia Local de Habitação está trabalhada, as candidaturas estão a ser trabalhadas, os projetos estão a ser preparados, e esperava resolver, este mandato, o problema de todos os cidadãos e será uma intervenção completa, não pretendem fazer o mesmo que se fez no passado, infelizmente, de deslocalizar um conjunto de pessoas de uma zona para outra.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Agradeceu a referência e a questão levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e comunga da mesma opinião, o ideal era haver o Corso e os festejos Carnavalescos habituais no concelho de Peniche. Informou que foram convocados todos os Grupos Carnavalescos a estar presentes numa reunião que decorreu, no dia 20 de janeiro, onde ele próprio e a senhora Vereadora Ana Batalha, acompanhados pelo Técnico Superior do Turismo. Perante a situação pandémica que se vivia àquela data, houve uma concordância quase geral, um dos grupos opôs-se à anulação do Corso Carnavalesco, e foi tomada a decisão.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, relativamente às respostas do senhor Presidente da Câmara não iria acrescentar nada, apenas chamou à atenção que quem tornou público que iria ter uma solução para a questão da habitação social foi a Câmara Municipal.

Relativamente ao senhor Vereador Ângelo Marques, disse que percebia a resposta e, no essencial, estava de acordo, mas era muito difícil explicar como é que quatro dias depois da terça-feira de Carnaval, se iria organizar um Mundial de Surf quando existe tanta gente com Covid-19. Adiantou que, na sua opinião, o país não poderia parar e as duas realizações seriam possíveis e, relativamente ao Carnaval, seria possível com um enquadramento e com medidas adequadas.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que saiu legislação recente que irá permitir a Organização do Campeonato do Mundo de Surf, mas, no dia 20 de janeiro, cumprindo as orientações dadas pelo Coordenador Municipal da Proteção Civil e as instruções do Delegado de Saúde, e em consonância com a grande maioria dos Grupos que pertencem ao Corso Carnavalesco de Peniche cancelaram o curso.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Acrescentou que, em relação ao Campeonato do Mundo de Surf, tinham a certeza, há algum tempo, que o iriam realizar, o que estava previsto era ser realizado de outro modo, agora, é completamente diferente um Corso Carnavalesco como se conhece, e, há um mês atrás, era muito difícil de se controlar, na praia estava previsto não se permitir o ajuntamento de pessoas.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que, no mandato anterior, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche teve a oportunidade de colocar a votação uma moção que defende a construção de um novo Hospital para o Oeste. Referiu que este era um assunto da maior relevância, pois o atual Hospital, como se sabe, não tem as condições necessárias a vários níveis, muitas vezes é a dignidade humana que está em causa. Neste sentido, é preciso tomar uma decisão

rapidamente, porque a saúde das pessoas não espera pela hesitação dos políticos. É preciso, de uma vez por todas, andar com o projeto para a frente, até porque a crise de saúde pública que ainda se vive, provou que teriam de ser rápidos a avançar. Adiantou que se precisava efetivamente de um Hospital que acompanhe os progressos que têm acontecido nas diferentes áreas da medicina, não poderiam aceitar ter um novo Hospital daqui a vinte ou trinta anos, só porque ninguém quer tomar uma posição relativamente à sua localização. Expressou que, neste sentido, o senhor Presidente da Câmara sugeriu fazer um referendo para consultar a opinião da população do concelho de Peniche, ideia que lhe parecia justa. Disse, ainda, que o senhor Presidente da Câmara poderia contar com a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e, pensa, que com todas as forças políticas, para reivindicar o novo Hospital do Oeste e que, eventualmente, o Hospital de Peniche pudesse ganhar mais valências e ser um Hospital retaguarda. Perguntou se existiam novas informações sobre este assunto.

Em relação às candidaturas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ficou muito satisfeito por ouvir que o Município tem uma equipa preparada. Como já disse, várias vezes, a estratégia deve ser o todo, nada deve ficar para trás. Acreditava, seriamente, que o desenvolvimento do concelho de Peniche, nas diferentes áreas da sociedade, passaria pela boa aplicação dos fundos comunitários e ao longo do tempo têm assistido a isso. Acrescentou que, em 2017, quando o senhor Presidente da Câmara tomou posse, definiu, e muito bem, que deveria ser uma prioridade do Município a candidatura aos fundos comunitários.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Informou que, ontem, participou na reunião da Oestecim, voltou a falar no Hospital, porque, na sua opinião, não poderiam ser condescendentes nem poderiam aceitar que o Hospital seria para daqui a vinte anos. Deu conta que o trabalho estava muito avançado, talvez antes do verão pudessem ter respostas, mas tem que se decidir onde será a sua localização, para que mais nenhum Governo diga que o Oeste não se entende. Acrescentou que a sua posição era clara e aquilo que defende é, ou o Governo decide a sua localização, com base nos estudos, e se o Governo decidir não será necessário qualquer referendo, uma vez que não iriam contrariar uma posição concertada e baseada em estudos, se não for o Governo seria a Oestecim, e nesta situação tem a sua posição e saberia onde votar, caso se faça o referendo.

Hugo Martins (GCEPP):

Manifestou a sua satisfação por todas as forças políticas terem comparecido na vigília que decorreu em frente ao Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, na sua opinião, esta união dos autarcas era muito importante.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Agradeceu em nome de todos os presentes a observação do senhor Deputado Hugo Martins.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que, em relação ao Campeonato do Mundo de Surf, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, mencionou que aquilo era uma cidade, o senhor Vereador Ângelo Marques, referiu que se tratava de uma beleza natural,

ele próprio, considerava que aquilo é uma cidade encantada, durante um mês, porque nos outros onze meses é uma beleza natural durante o dia, mas à noite é medonho frequentar aquele espaço. Relembrou que colocou esta questão mais de uma dúzia de vezes, e preocupava-o o facto de a EDP ser uma entidade patrocinadora do evento e não houvesse um acordo para que aquilo tivesse luz o ano inteiro.

Realçou uma questão que levantou, esta semana, no Conselho Municipal de Proteção Civil e no Conselho Municipal de Segurança, que tinha que ver com as viaturas abandonadas na via pública, algumas delas há vários anos sem solução. Disse que, na sua opinião, estas situações não dignificavam o concelho. Quem nos visita não deve ficar agradado com o que vê e deveria encontrar-se uma solução urgente para estas situações.

José Pedrosa (PS):

Fez referência ao período de seca que o país atravessa e, naturalmente, Peniche não iria escapar à mesma situação. Perguntou se havia noção da percentagem de desperdício de água que a Rede de Distribuição tem. Há uns anos atrás falava-se que 30% da água não chegava ao sítio certo, porque desaparecia na tubagem de distribuição, provavelmente, manter-se-ia esta situação. A verdade é que a situação de seca que o país atravessa, com 10% de disponibilidade de água nas barragens, leva-me a questionar quais são as medidas que a Câmara Municipal pensa apresentar como contenção dos gastos de água, nomeadamente, se pensa fechar a rede em determinadas alturas.

Chamou à atenção que o Filtro de Peniche de Cima tinha, neste momento, quatro torneiras a perder água de uma forma constante, que não abona a favor, nem da Instituição Câmara Municipal, nem da economização de água que se pretende que aconteça.

Disse que gostaria de acreditar que era desta vez que o trânsito iria levar um tratamento especial nesta terra e, neste sentido, pretendia contribuir de alguma forma para que algumas situações, na sua opinião, fossem tratadas com alguma equidade, que se prendem com as prioridades na zona do Cartório Notarial, porque quem se desloca da Rua do Cartório Notarial para a Rua Estado Português da Índia não encontra um Stop, nem perca de prioridade, logo, quem sai do estacionamento tem prioridade sobre as pessoas que vêm da rotunda do Tribunal para entrar na Rua Estado Português da Índia, que lhe parece um contrassenso. Uma outra situação tinha que ver com a Rua do Abalo, que desemboca na Marginal Norte, e junto à Meganautica encontra-se um sinal de aproximação de estrada com prioridade, mas essa prioridade é para ser dada a quem está estacionado na Peipen e na Profresco? Sugeriu que se estudasse este sinal de trânsito.

Apelou que tivessem em atenção o facto de existir em Peniche uma rua chamada Rua Estado Português da Índia, que para si não tinha lógica, lembrava as zonas mais sombrias do país.

Disse que como todos sabiam era complicado passar nos passeios da Rua 13 de Infanteria, agora que foi demolido, mas quem anda naquela rua tem de andar a desviar-se do entulho.

Lembrou e alertou a Assembleia Municipal de que a proposta de Regulamento dos Horários de Funcionamento foi presente à reunião de Câmara, de 22 de março de 2021, e foi deliberado retirar da ordem do dia a proposta do senhor Presidente, datada de 28 de outubro de 2020, para correção e avaliação, devendo o mesmo ser presente numa próxima reunião. Referiu que, em 2015, saiu a Lei que ordenava às Câmaras Municipais que regulamentassem esta situação, a Câmara Municipal, da altura, protelou, a que lhe sucedeu protelou, a atual, se não tiverem cuidado, protelará também, e os assuntos ficam

por resolver, daí a sua proposta de recomendação. Disse, ainda, que se, de facto, existe uma pessoa específica com esta atribuição que o fizesse, porque o Regulamento estava praticamente pronto, faltava fazer alguns ajustamentos decorrentes das situações verificadas naquela altura.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Indicou que não foi a EDP que criou problemas, em relação à iluminação dos Supertubos. A EDP estava de acordo em enterrar os cabos, estava de acordo em colocar outra iluminação, inclusive, concorda em colocar um PT definitivo, são as outras entidades que não permitem. Disse que se tratava de um dossier que pretendem voltar a discutir com a Agência Portuguesa do Ambiente e com as outras entidades para o fazer. Disse que, esta semana, viriam a Peniche entidades e iria-lhes ser mostrada a pouca razoabilidade que existe numa não aceitação de uma proposta da Câmara para construção de um passadiço. Referiu que iria calhar bem, porque com o Campeonato do Mundo de Surf, aquilo iria estar cheio de pessoas e eles vão perceber que se pretende proteger o sistema dunar e não estragar. Adiantou que o objetivo seria criar um passadiço pedonal, mas também colocar iluminação e procurar dignificar o acesso.

Relativamente às viaturas, indicou que teria de ser alugado um armazém, porque os carros têm de ficar à guarda do Município.

Sobre o desperdício de água, disse que era cerca de 20%, a média do país rondava os 30%. Indicou que foi feita uma candidatura para procurar controlar com válvulas a questão das perdas, há algum avanço nisso. Informou que, ontem, na Oestecim, assumiu que um dos grandes desafios que o nosso concelho tinha era a renovação da Rede de Abastecimento de Água, quase toda. Disse que fora da cidade, um dos objetivos era fazer a conduta da Serra d'El-Rei até Ferrel. Também, a obra chamada de "Serra mistura" teria de ser realizada este ano, e vai do Filtro da Serra d'El-Rei até ao cruzamento que dá para a zona sul do concelho, Bolhos/Ribafria. Mas, há um conjunto de outras obras, nomeadamente, uma que está sempre sobre pressão e que fica na saída do IP6, no sentido do Casal da Vala, que tem de ser toda renovada rapidamente, inclusive se pretenderem fazer a Zona Industrial do Vale do Grou teria de ser quase toda substituída. Adiantou que quase toda a rede era de tubo com amianto, e já deveria estar toda substituída, mas teria de ser estabelecido um plano. Mencionou que estavam a tentar fechar um conjunto de projetos para execução. Esperava em breve lançar o concurso da empreitada para o pluvial e, também, para a água nos Fetais. Estão a trabalhar na parte final nestas três componentes, no Santuário dos Remédios e, o grande projeto, em termos de SMAS que têm de avançar é a avaliação da Rede de Abastecimento de Água e a sua substituição em cerca de 90%. Referiu que tinham esperança que chovesse, mas se assim não for, os SMAS tomariam um conjunto de medidas para reduzir.

Relativamente ao trânsito, disse que estavam em cima da mesa um conjunto de procedimentos para contratar alguns projetos/ estudos que não foram, ainda, presentes em reunião de Câmara, mas esperava fazê-lo em breve, pensava, durante o mês de março, levar a reunião de Câmara uma proposta para a constituição da Comissão Municipal de Trânsito, que poderá ser também de mobilidade. Agradeceu os alertas dados, em relação ao entroncamento, teriam que avaliar.

Quanto à Rua Estado Português da Índia, disse que nunca tinha pensado no assunto, no entanto, era pertinente. O problema é o incómodo que dá a mudança, mas iriam estudar, na sua opinião é uma proposta aceitável, mas tem que ser avaliada.

Em relação à Rua 13 de Infância, disse que todos tinham razão, mas aguardam

que se desenhe o desvio, para depois fazer-se o passeio e o novo alinhamento.

Sobre os Regulamentos, referiu que estão quase terminados, o dos Horários dos Estabelecimentos foi pedido para ser aperfeiçoado.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, há dois anos, a Covid-19 permitiu que a empresa Rodoviária do Tejo acabasse com os transportes públicos entre Caldas da Rainha e Peniche, nos dois sentidos, ao sábado. Referiu que, na sua opinião, a Câmara Municipal, na relação que tem com esta empresa, tinha de colocar em cima da mesa a exigência de voltar atrás, porque existiam nove viagens e agora existem zero, o que é inadmissível.

Chamou à atenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal que uma decisão da Assembleia Municipal para ser enviada à Câmara Municipal tem de ser presente à reunião de Câmara e, obviamente, votada.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Em relação à questão da iluminação nos Supertubos, concorda que ela seja subterrânea para evitar a quantidade de postes e de fios que lá existem, mas neste momento existem e cada um tem um projetor, portanto, quando se retirassem os projetores bastaria colocar umas luminárias, pelo menos enquanto a situação não fosse resolvida com a Agência Portuguesa do Ambiente.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que já se reuniram diversas vezes, inclusive por videoconferência, mas essa opção não quiseram, porque depois de estar, ficará permanente, e o que se pretende é trabalhar numa solução melhor.

Quanto aos transportes públicos, registou e iriam ver o que poderiam fazer, ouvindo, também, a empresa.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

SUSANA FERREIRA, REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE UTENTES DA SAÚDE DO CONCELHO DE PENICHE:

Disse que a sua presença tinha dois simples objetivos, dar a conhecer aquilo que tem vindo a ser o objetivo da Comissão e o trabalho realizado e, também, um pequeno apelo.

Referiu que a esta Comissão surgiu no dia um de fevereiro, um pouco na continuidade da vigília que aconteceu junto ao Centro de Saúde de Atouguia da Baleia que foi referente à problemática que neste momento aquele Centro de Saúde vive com a ausência de médicos de família e, nesse âmbito, um grupo de pessoas, preocupada com a situação resolveu juntar-se e perceber de que forma poderiam contribuir para ajudar a melhorar esta situação.

Agradeceu a duas instituições locais que foram fundamentais, porque os ajudaram, disponibilizando as suas instalações para a criação da Comissão, a Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia e a Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro de 1902.

Informou que a Comissão é composta por 20 pessoas, que têm estado

responsáveis pela operacionalização de tudo o que tem vindo a ser as iniciativas que se tem realizado, com uma única vontade e uma única causa, encontrar estratégias para poderem ajudar a melhorar o tema Saúde, não só em Atouguia da Baleia, mas no concelho de Peniche. Indicou que, neste momento, estão identificadas algumas prioridades, e estão manifestadas num documento que redigiram e que apresentaram na última sessão de esclarecimento, no dia 19 de fevereiro, na Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro de 1902, em Atouguia da Baleia.

Fez referência à necessidade urgente de médicos de família, de equipas de enfermagem, bem como, melhoria de condições e de instalações, especificamente, ao nível dos Centros de Saúde de forma abrangente, uns com mais necessidades que outros.

Deixou, também, um agradecimento às Juntas de Freguesia, uma fonte de forte apoio e de cedência de informação, que os acolheram, com quem reuniram e que, de imediato se disponibilizaram a ajudar e apoiar naquilo que fosse necessário.

Adiantou que o posicionamento desta Comissão era o de criar sinergia, porque sabiam que o poder local, quer ao nível das Juntas de Freguesia, quer ao nível da Câmara Municipal, tem exercido e feito esforços no sentido de encontrar soluções.

Pretendem dar voz à comunidade do concelho de Peniche que, juntamente com o poder local, vai com certeza poder contribuir para uma maior visibilidade e uma maior exigência daquilo que é de direito da comunidade no que diz respeito ao acesso à Saúde e ao acesso aos cuidados de Saúde Primários. É fundamental poder garantir que a comunidade, caso necessite de uma simples consulta para tratar de um simples ou de um complexo problema de saúde, possa ter direito a esse acesso.

Fez um apelo, através de uma petição que está a decorrer e que irá lutar claramente pela Saúde do concelho de Peniche, com prioridades estabelecidas, definidas, e quantas mais assinaturas conseguirem, mais longe vão querer chegar.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Agradeceu a apresentação feita pela senhora Susana Ferreira.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu a forma como foi apresentada a Comissão e os seus objetivos.

Referiu que teve a oportunidade de participar na sessão de esclarecimento em Atouguia da Baleia, que foi muito participada, e além das questões que foram colocadas, há uma que os preocupava a todos, que é o facto de, nos últimos anos, intencionalmente, o responsável pela Saúde em Portugal e concretamente no Oeste ter esvaziado, como foi o caso, o número de utentes das extensões, levando a que o número real esteja em cerca de 60% dos utentes de algumas freguesias, e um dos responsáveis ganhou recentemente as eleições no Distrito de Leiria.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que era de enaltecer a constituição desta Comissão. Referiu que os Órgãos Autárquicos tinham as suas funções, e se conseguissem mobilizar a população para os ajudar a reivindicar, mesmo que saibam que em algumas situações é muito difícil conseguir o que pretendem, até porque o senhor Secretário de Estado da Saúde lhe disse que até 2025 iria ser muito difícil, em termos de médicos, mas, cada um, dentro das suas possibilidades, teria de arranjar os médicos que fossem possíveis contratar. Adiantou que o que interessava era conseguir minorar as mazelas de um sistema que não tem capacidade de resposta, em termos estruturais da Saúde. Acrescentou que teriam de lutar

e procurar, em termos estratégicos locais, as melhores soluções para conseguir servir da melhor forma aquilo que é um direito.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE PARA A COMISSÃO MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS:

A Assembleia passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Informou que esta Comissão substitui as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que falou com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da baleia, António Salvador, e relativamente a esta comissão sugeriu que fosse o Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e o de Ferrel, porque são aqueles que, em termos de pinhal, têm mais área.

Deliberação n.º 2/2022: Para nomeação de dois representantes das Freguesias do concelho, para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, foi apresentada a seguinte lista:

Lista A - Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Alberto Bombas Amador, e Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Henrique Lourenço Barata.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, constatou-se o seguinte resultado:

Lista A - Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Alberto Bombas Amador, e Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Henrique Lourenço Barata, vinte e três (23) votos;

Face ao resultado da votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea b) do n.º 3, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e três (23) votos, designar o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Alberto Bombas Amador, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Henrique Lourenço Barata, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. (Doc. 1)

3) NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL:

A Assembleia passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Francisco Salvador (PSD):

Apresentou, em nome da Bancada do Partido Social Democrata, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador.

Hugo Martins (GCEPP):

Concordou que fosse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata.

Anabela Dias (PS):

A Bancada do Partido Socialista não propôs ninguém.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Concordou que fosse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata.

Deliberação n.º 3/2022: Para a nomeação de um representante da Assembleia Municipal de Peniche para o Conselho Cinegético Municipal, apenas foi apresentado o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Manuel Prioste Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, constatou-se o seguinte resultado:

Votos sim: Vinte e dois (22)

Votos em branco: Um (1)

Face ao resultado da votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea e) do n.º 2, do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação, por maioria, designar o senhor António Manuel Prioste Salvador, Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, eleito pelo Partido Social Democrata, como representantes da Assembleia Municipal de Peniche para o Conselho Cinegético Municipal. (Doc. 2)

4) NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES OESTE NORTE, A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

A Assembleia passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vítor Agostinho (CDU):

Pelo seu percurso profissional e por já ter integrado o Conselho em causa, desempenhando o cargo de Presidente daquele órgão, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária propôs a senhora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes.

Hugo Martins (GCEPP):

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propôs o nome de Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira.

Anabela Dias (PS):

A Bancada do Partido Socialista não propôs ninguém.

Deliberação n.º 4/2022: Para a nomeação de um representante do Município de Peniche para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Oeste Norte, foram apresentadas as seguintes listas:

Lista A - Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, eleita pela Coligação Democrática Unitária;

Lista B - Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, constatou-se o seguinte resultado:

Lista A - Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, eleita pela Coligação Democrática Unitária, dez (10) votos;

Lista B - Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, doze (12) votos;

Votos em branco: Um (1)

Face ao resultado da votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea b) do n.º 1, do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, por maioria, designar a senhora Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, como representante do Município de Peniche para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Oeste Norte. (Doc. 3)

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ARRENDAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO E CARAVANISMO E PARQUE AQUÁTICO DE PENICHE:

A Assembleia passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de janeiro de 2022.

Francisco Salvador (PSD):

Em primeiro lugar, disse que conhecia bem o problema do Parque de Campismo, até porque trabalhou lá e foi responsável pelos serviços de Turismo durante alguns anos, por isso, não se opunha que houvesse uma concessão do Parque Campismo, mas não concordava com a forma como era proposto. Disse tratar-se de um projeto arriscado, destinado a falir, pelas condições que são impostas, nunca o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo rendeu ao Município o valor líquido que se coloca como valor mínimo de concessão, setecentos e cinquenta mil euros por ano, e por isso entregar o espaço a um concessionário era entregar-lhe um ovo podre. Por outro lado, na defesa dos interesses do município, dada a área, doze hectare virgula seis, que tem o Parque de

Campismo e a sua localização, o espaço poderia ser aproveitado de outra maneira. Indicou que a Bancada do Partido Social Democrata era da opinião que uma área daquela dimensão poderia ser parcelada, apresentando vários concursos para concessão, destinadas, por exemplo, a um parque de campismo, a um parque de autocaravanismo, a um parque de *bungalows*, um Hotel de Charme, divertimentos aquáticos e outros, e sobraria ainda espaço para um parque temático. Disse, ainda, que apresentando, como um todo, um Parque de Campismo daquela dimensão, que não corresponde minimamente àquilo que, na atualidade, os Parques de Campismo oferecem, porque a grande maioria dos Parques de Campismo mais recentes são muito mais pequenos, pois dessa forma conseguiam corresponder a uma oferta mais consentânea com aquilo que é, hoje em dia, a prática do campismo, que está cada vez menos virada para a tenda, e muito mais para o autocaravanismo, arriscavam-se a que o concessionário não consiga ter êxito, consequentemente a oferta não terá êxito e o município não terá êxito. Acrescentou que, mesmo considerando válida a proposta apresentada, as condições do concurso parecem ter algumas deficiências, a começar pelo facto de existir uma incompatibilidade entre a área a concessionar e a proposta que a Câmara Municipal pretendia apresentar para o Plano Diretor Municipal, para além disso, as quantias exigidas para as garantias bancárias, caução, seguro, etc., era 2% do valor da renda anual vezes vinte e cinco anos, o que totaliza trezentos e setenta e cinco mil euros, sendo manifestamente curto em caso de incumprimento por parte do concessionário, por isso não via condições para que pudessem votar favoravelmente aquela proposta.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Em relação ao caderno de encargos, referiu que o investimento previsto era de três milhões seiscentos e cinquenta e um mil euros, acrescido do valor do IVA, a ser efetuado em cinco anos, valor este que, por força do preço crescente da matéria prima e do transporte, será superior, portanto, iriam admitir um milhão de investimento anual pelo concessionário, na condição de no sexto ano o parque obtenha a categoria de quatro estrelas, porque caso não aconteça haverá um agravamento no valor da renda. Adiantou que no plano de negócios e viabilidade económica, elaborado há um ano atrás por uma consultora na área do Turismo, menciona que o parque municipal de campismo e caravanismo, em 2019, teve um resultado líquido de cento e quarenta e três, trezentos e quarenta e dois, virgula setenta e três euros, o parque aquático teve um resultado líquido de vinte e nove mil seiscentos e sessenta e quatro euros, valores estes que estavam com tendência decrescente nos últimos, portanto, estavam a falar de um resultado global de cerca de cento e setenta e cinco mil euros naqueles dois equipamentos. Disse, ainda, que este estudo também demonstrava que, quer o Parque Municipal, quer o parque aquático tinham viabilidade financeira, nos três cenários apresentados, com retornos financeiros em função do tempo, mas nenhum indicava o valor da renda proposta, o que mais se aproximava implicava, entre outros condicionalismos, a entrada de capitais próprios, e falava de um cenário mais otimista, cerca de setecentos mil euros, portanto, o investidor pagava uma renda de setecentos e cinquenta mil euros, tinha um investimento de um milhão de euros, anual, com os respetivos encargos e o Parque Municipal e o Parque Aquático valiam anualmente, com reporte a 2019, cento e setenta e cinco mil euros. Perguntou com que base apareciam os setecentos e cinquenta mil euros, e se o mesmo poderia ser revisto. Por outro lado, gostaria de saber se o concurso ficasse deserto, o que iria o senhor Presidente da Câmara propor à Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d' El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Sobre a matéria do Parque Municipal de Campismo, disse que se tratava de uma opção política do senhor Presidente da Câmara desde há algum tempo, inclusive, foi assumido publicamente que havia um investidor que estaria interessado. Indicou que existiam três questões, ponto um, a Coligação Democrática Unitária acha que esta solução irá hipotecar uma parte significativa do concelho, em particular da cidade, pelo que discordavam. Há uma outra questão, ouviram o Gabinete Jurídico e tinham dúvidas da legalidade, porque se trata de um estudo privado e deveria haver um estudo público sobre a utilização daquele solo, e esta parecia uma questão de somenos importância, mas não, era decisiva, pois deveriam ter duas hipóteses de trabalho, uma era a existente, a outra se fosse a Câmara Municipal diretamente ou através de uma empresa a criar para o efeito, e como tal não tinham condições de ter outro sentido de voto que não fosse votar contra.

Adiantou que queriam que fosse encontrada uma solução para aquele espaço que garantisse aquilo que é um objetivo central, de quem preside à Câmara Municipal, ou seja, aumentar as receitas do Município, e esta questão para a Coligação Democrática Unitária merecia todo o apoio, no entanto, a questão que acabou de citar era fundamental para o sentido de voto. Disse, ainda, que compreendiam as questões colocadas pelos senhores Deputados anteriormente, tinham muitas dúvidas em relação à questão do valor de setecentos e cinquenta mil euros, por ano, pois o Parque de Campismo na sua plenitude, o valor mais alto que atingiu rondou os setecentos mil euros, com tudo incluído, contudo, existe um estudo. Acrescentou que deveria ser presente à Assembleia Municipal este processo, mas ter também a parte do estudo de viabilidade pública do mesmo.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que também conhecia bem o Parque de Campismo e, em 2017, aquando de uma visita temática ficou chocado, e expressou-o, e apesar de o Pelouro do Turismo não ser seu, assumiu a responsabilidade pelo facto de aquilo ser demasiado exigente, e procurou corresponder com a ajuda do senhor Dr. Ricardo Graça, que fez muitos estudos, propostas de investimento e tudo batia na trave, porque, na altura, não havia verba. Indicou que iria ter algum cuidado no que ia dizendo, porque sabia que existem vários interessados.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, disse que o mesmo não estava fechado, e sempre o referiu, até porque algumas das propostas foram esclarecidas esta semana e teriam de ser decididas pelos políticos. Adiantou que sabia quais eram as propostas que não poderiam ser contempladas em função daquilo que inicialmente foi feito, tendo em atenção a proposta de exploração da concessão do Parque de Campismo.

Em relação à questão dos setecentos e cinquenta mil euros e como se chegou ao valor, disse que o Dr. Ricardo Graça iria explicar da melhor forma possível.

Expressou que, dos três ou quatro potenciais candidatos a explorar aqueles dois equipamentos, se ninguém concorresse ou se nenhuma proposta cumprisse o caderno de encargos, a Câmara Municipal assumiria a gestão do Parque de Campismo até setembro e de seguida seria elaborada nova proposta à Câmara Municipal para remeter à Assembleia Municipal. Adiantou que se lhe dissessem que se tratava de um valor exigente e ambicioso, sim é, mas também é único. Perguntou se conheciam algum espaço no país desta natureza que tivesse um espaço privilegiado como aquele, que tem acesso direto a duas praias, que tem uma via direta do IP6 para o Parque de Campismo, apenas

teria de ser tratado e serem criadas condições e, de facto, pretendiam um Parque de Campismo que aumentasse a receita e esta era a primeira oportunidade. Acrescentou que, no dia em que foi eleito Presidente da Câmara, não imaginava que alguma vez iria propor uma solução destas, porque pensava fazer um grande investimento e que os trabalhadores iriam corresponder, mas a gestão de pessoal num Parque de Campismo era diferente de gerir a Secção de Obras ou a Secção de Limpeza ou uma Secção Técnica e Administrativa, é muito mais exigente, o atendimento é muito exigente e existem direitos legítimos dos trabalhadores do Setor Público, em particular das Autarquias, mas também a necessidade de trabalhar 24 horas, incluindo sábados e domingos, e uma das medidas que tomaram teve que ver com a contratação de uma empresa para o serviço de limpeza. Devido a um conjunto de problemas que existiam, foi contratada uma empresa para o serviço de segurança, apesar de terem sempre procurado que o serviço das obras correspondesse às necessidades. Disse, ainda, que não iria desistir e pretendia investir num novo projeto que ligará ao passado já construído no Baleal Sol Village II, e já deu orientações ao serviço de Espaços Verdes, para que posteriormente seja tratada a envolvente. Em relação à questão jurídica, referiu que a Câmara Municipal também tinha Juristas e estava muito tranquilo.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Agradeceu a explicação dada, quanto à segunda questão, ficou agradado porque existe abertura para, eventualmente, o valor ser revisto, e isso serviria também para auscultar o mercado, portanto, se as propostas forem baixas, saberiam, pelo menos, equilibrar e tabelar o mercado.

Referiu que o contrato iria ser celebrado por vinte e cinco anos, no entanto, existe um arrendatário a explorar o café até 2025, pelo que gostaria de perceber de que forma isto poderia influenciar a atitude do investidor perante estes números.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a questão da cafetaria do Parque era uma opção do concessionário, mas o arrendatário está salvaguardado.

Francisco Salvador (PSD):

Referiu que para o Partido Social Democrata pouco importava se o investidor iria ter prejuízo ou não, o que lhes importava era se aquele espaço iria ficar igual àquilo que está, neste momento, a Nau dos Corvos, o Taskareia ou tantas outras concessões que a Câmara Municipal tem tido e que se têm revelado desastres, e esta situação não era deste executivo, era de todos os executivos ao longo dos anos. Adiantou que tinham muitas dúvidas, porque pedir aquilo que o Município nunca conseguiria, por muito investimento que fizesse, obter como rendimento, era estar a conduzir para o abismo um negócio. Acrescentou que pedir-se a um investidor que invista milhões e que pague ao município uma renda de milhões era preciso muita coragem.

Dina Aparício (Chega):

Disse que esta era uma questão polémica, em que as opiniões se dividem, no entanto, fez algumas considerações que leu:

«Como já referiram numa reunião anterior, o Parque de Campismo assume um papel central na vida da cidade e do concelho, atraindo turistas nacionais e estrangeiros e assegurando a estabilidade económica que menorizará alguns dos mais graves problemas socioeconómicos que têm

vindo a exigir intervenção por parte do Município. Rentabilizar o Parque de Campismo trará riqueza à cidade e ao concelho. Por considerarmos que o Município não tem capacidade económica para assegurar os encargos e a renovação que o Parque de Campismo exige, defendemos a concessão, embora com todas as reservas que um plano desta dimensão suscita e que além do mais implica um investimento tão significativo, contudo, reconhecemos que sem riscos não há progresso e neste momento torna-se cada vez mais urgente dignificar o concelho turística, social e economicamente, promover a criação de meios para receber os que nos visitam e, em simultâneo, promover o bem estar e a prosperidade dos nossos munícipes. Votamos favoravelmente a concessão, pois o investimento privado pode e deve contribuir para fomentar a preservação e rentabilização do património público. Outra questão que tem surgido é a localização do parque e nós consideramos que alterar a localização do parque iria descaracterizá-lo e descaracterizar a própria cidade e o concelho. O facto de ele estar ali há mais de meio século atribui-lhe um estatuto de património e se existem constrangimentos de trânsito e de outras infraestruturas devemos ir ao seu encontro para os tentar resolver, o desafio também passa por integrar o passado no futuro e assentar o progresso na preservação da identidade, e o Parque de Campismo faz parte da identidade da cidade, sem campismo acho que não há Peniche. Consideramos esta decisão, neste momento, um pouco precipitada, no sentido em que implica uma responsabilidade que deve ser, não só da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, mas também da população. Consideramos que deve ser criada uma comissão de auscultação aos munícipes, será certamente, e é, um assunto polémico, pela diversidade de questões que levanta, mas a população, as entidades públicas e privadas devem ser auscultadas. Para concluir, apesar de acreditarmos que a concessão será o caminho, queremos que tem de haver maior informação, divulgação e discussão pública.»

Técnico Superior, Dr. Ricardo Graça:

Fez o enquadramento da proposta e prestou todos os esclarecimentos solicitados.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Agradeceu as explicações técnicas prestadas. Percebeu que a questão da renda anual era passível de ser revista, pelo que o Grupo do Partido Socialista iria votar favoravelmente a proposta.

José Pedrosa (PS):

Disse que a sua primeira reação quando foi confrontado com este concurso teve que ver com o valor de setecentos e cinquenta mil euros, e dando razão à pertinência que o senhor Deputado Francisco Salvador apresentou das experiências anteriores de direitos de superfície que a Câmara tem concedido e do aluguer de património municipal era assustador, no entanto, a discussão que ali ocorreu descansou-o, porque foi admitido que, de facto, o Município não tinha capacidade para ir buscar resultados positivos e vai ser entregue à iniciativa privada um equipamento que consegue gerar setecentos e cinquenta mil euros de renda para a Câmara Municipal. Por outro lado, foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que, em caso de o concurso ficar deserto, rerepresentaria o projeto de concurso com as devidas correções, e isto também o descansou.

Nuno Madeira (PSD):

Disse que todos perceberam que tinham, para este concurso, um investimento de cerca de vinte e cinco milhões de euros no total da concessão, sem amortização de juros, ou seja, apenas investimento e rendas, o que totalizava um milhão de euros por ano. Referiu que os números lhe causavam alguma preocupação e não lhe causava tanto descanso o facto de rever a proposta em baixa, porque talvez fizesse sentido analisar o

espaço e pensar numa utilização diferente para o mesmo, porque se chegassem à conclusão que afinal a renda não seriam setecentos mil euros e sim duzentos mil euros, na exploração dos vinte e cinco anos estavam a falar de perdas muito significativas para o município e, talvez, a requalificação daquele espaço, para fazer em quatro ou cinco espaços, pudesse ser muito mais vantajoso para o município.

Deliberação n.º 5/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6) e pelo Chega (1), quatro (4) votos contra, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e pela senhora Deputada Margarida Martins, eleita pelo Partido Social Democrata (1), e cinco (5) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (5) aprovar:

1. Dar início ao procedimento com vista ao arrendamento do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo e Parque Aquático de Peniche através de concurso público;

2. As condições gerais constantes no programa de procedimento e caderno de encargos, em anexo;

3. Designar como membros do Júri do procedimento: Josselène Nunes, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, que presidirá, Miguel Carvalho, Chefe da Divisão de Obras Municipais, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ricardo Graça, Técnico Superior, e como membros suplentes Tânia Neves, Técnica Superior da DAF, e Ana Nunes, Técnica Superior da DAF;

4. Delegar no Júri do procedimento as competências de: prestar esclarecimentos e retificações, que vierem eventualmente a ser solicitados pelos interessados, sobre as peças do procedimento; conduzir o ato público; analisar e avaliar as propostas e elaborar um relatório fundamentado, onde consta a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação bem como a fundamentação das exclusões e proposta de adjudicação. (Doc. 4)

As Bancadas do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária informaram que entregariam uma declaração de voto sobre este assunto.

A Bancada do Chega apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Como já fora referido numa reunião anterior, o Partido Chega considera que o Parque de Campismo assume um papel central na vida da cidade e do concelho, atraindo turistas nacionais e estrangeiros e assegurando a estabilidade económica que amenizará alguns dos mais graves problemas socioeconómicos que têm vindo a exigir intervenção por parte do município. Por reconhecermos que o Município não tem capacidade económica para assegurar os encargos que a renovação do Parque de Campismo exige, defendemos a concessão, embora com todas as reservas que um plano desta dimensão suscita e que, além do mais, implica um investimento tão significativo. Contudo, reconhecemos que, sem riscos, não há progresso e, presentemente, torna-se cada vez mais urgente dignificar o concelho turística, social e economicamente, promover a criação de meios para receber os que nos visitam e, em simultâneo, o bem-estar e a prosperidade dos nossos munícipes. Votamos favoravelmente a concessão, pois o investimento privado pode – e deve – contribuir para fomentar a preservação e a rentabilização do património público. Outra das questões que tem surgido ao longo da discussão deste processo contempla a alteração da localização

do Parque, hipótese que, na nossa opinião, contribuiria para a sua descaracterização. Por isso, somos a favor da sua permanência no mesmo local, defendendo que o seu mais de meio século de existência lhe atribui um estatuto de património. Se existem constrangimentos de trânsito – ou de outra natureza –, devemos ir ao seu encontro para os tentar resolver. O desafio também passa por integrar o passado no futuro e assentar o progresso na preservação da identidade. Consideramos esta decisão, neste momento, um pouco precipitada, no sentido em que implica uma responsabilidade que deve ser não só da CMP e da Assembleia Municipal, mas também da população. Propomos a criação de uma comissão de auscultação aos munícipes. Será, certamente, um assunto polémico, pela diversidade e pertinência das questões que levanta, mas a população e as entidades públicas e privadas devem ser auscultadas. Para concluir, apesar de acreditarmos que a concessão será o caminho, cremos que tem de haver maior informação, divulgação e discussão pública.»

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Relativamente a este processo, espero e desejo que a evolução natural deste processo não seja e não tenha a mesma evolução que teve o processo relativamente ao empréstimo do Grupo Desportivo de Peniche e como teria naturalmente, se fosse aprovado, o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche.»

O senhor Deputado José Pedrosa referiu a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Não obstaculizei a aprovação do concurso para a exploração do Parque de Campismo de Peniche, porque o senhor Presidente da Câmara afirmou veementemente que se o concurso ficar vazio, apresentará nova proposta para o mesmo devidamente reformulada.»

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENICHE NA AGEO - ASSOCIAÇÃO GEOPARQUE OESTE:

A Assembleia passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra a senhora Vereadora Ana Batalha (PS), que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de fevereiro de 2022.

Deliberação n.º 6/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, aprovar a integração do Município de Peniche na AGEO – Associação Geoparque Oeste, com uma quota anual de 25.000€. (Doc. 5)

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRANSPORTE:

A Assembleia passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por

unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de fevereiro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que este tipo de solução não era “virgem” em Portugal, no entanto, a Assembleia Municipal iria pronunciar-se sobre o quê, qual era o modelo de gestão. Referiu que o modelo de gestão não poderia ser um conjunto de itens que está na proposta que não dizem nada. Indicou que não estavam a falar de uma empresa qualquer, falavam da Rodoviária do Tejo, e de um conjunto de serviços muito importantes para todos e era preciso perceber neste modelo de gestão qual era a sua abrangência. Adiantou que estavam a falar de serviços expresso, rápida, urbanos e interurbanos, falavam de uma frota em que cada viatura nova, considerando as exigências que a lei hoje coloca, poderia oscilar entre os duzentos e cinquenta mil e os quatrocentos mil euros, ou seja, esta é uma empresa que exige cuidados redobrados relativamente a um processo desta natureza. Disse, ainda, que a questão dos 51% do capital estar nas mãos dos Municípios do Oeste não lhe parecia ser preocupante, a questão era, estavam a discutir o quê? Estavam a discutir de forma autónoma, independentista, pretendem aderir sem um modelo de gestão e, na sua opinião, este assunto deveria ser discutido convenientemente, até porque não esteve na reunião, por que não faz parte daquele Órgão, onde este assunto deve ter sido discutido.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, não participou, mas esteve aberto a todos os Deputados Municipais.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que os Presidentes de Junta não são Deputados Municipais, fazem parte do grupo de pessoas que são eleitas diretamente.

Relativamente a esta matéria, disse que queria perceber qual era o modelo de exploração e qual era a repartição dos lucros e dos prejuízos.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que o que estava em causa era a aprovação de uma recomendação, mas para além disso, foram levantadas algumas dúvidas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que também são as suas, e embora o senhor Presidente da Junta não tenha assistido à reunião ele próprio assistiu, mas não respondeu àquilo que eram os legítimos interesses da curiosidade de cada um. Referiu que os Municípios iriam ser detentores de 51% de quê? É diferente ser 51% de cem mil ou de trinta e dois milhões, e os 51% dos Municípios irão ser distribuídos de que forma, cada Câmara era uma parte e dividia-se por todos, ou era proporcional à dimensão do Município ou à dimensão da população do Município ou à densidade populacional do Município, não se sabe, estavam a recomendar uma coisa que lhes falta bastantes dados, não se sabe o tipo de gestão, nem as rotas, quantas viaturas, nem sabem de que forma o Conselho de Administração pode ser constituído, e pensavam para o que aquilo iria servir. Indicou que as intenções eram boas, naturalmente, porque as empresas privadas não dão resposta, infelizmente há muitas rotas que não existem, principalmente aos sábados e domingos, substituir as viaturas velhas por carros elétricos, restava saber o que teriam de pagar para que isso acontecesse e quando corresse mal como iriam repor as

situações. Expressou que o Partido Social Democrata iria abster-se na votação, porque este assunto não estava claro.

Luís Almeida (PSD):

Disse que concordava com as preocupações referidas e uma das questões que deveria ser bem pensada e bem definida no modelo de gestão, que no nosso concelho julgava ser particular, que tinha que ver com as rotas urbanas. Indicou que Peniche tem a realidade do verão e devem ser garantidos alguns tipos de transporte e se os Municípios não tiverem autonomia nesta definição acabaríamos por ser prejudicados. Disse, ainda, que era verdade que o modelo de gestão e a autonomia que cada concelho tinha, em relação a uma série de definições que uma empresa desta natureza exige era realmente preocupante e dificultava-lhes a decisão.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que esteve presente na reunião promovida pelo Oestecim e muitas das questões aqui colocadas, também o foram por alguns Deputados Intermunicipais. Referiu que o que estava em causa, e já foi dito, era adquirir 51% do capital de uma empresa que já esteja a operar na Região Oeste, e tem como objetivo definir políticas públicas de transportes de passageiros em toda a Região Oeste, melhorar os serviços e apostar na mobilidade sustentável. Disse, ainda, que era importante referir que lhes daria algum conforto na tomada de decisão, e foi referido diversas vezes pelos responsáveis que apresentaram o projeto, que todo este processo tem de ter o aval de várias entidades, deverá ter o parecer do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, da Direção Geral das Autarquias Locais e do Tribunal de Contas, portanto, entidades que irão fiscalizar este processo.

Dina Aparício (Chega):

Disse que necessitavam de mais informação para poder ter uma opinião formada. Referiu que partilhava das mesmas preocupações. Indicou que uma rede de transportes dentro da cidade, organizada e direcionada para as necessidades das pessoas era legítima. Acrescentou que a ideia era boa e era um progresso, tanto que provavelmente era dos maiores investimentos que as cidades viradas para o progresso estavam a apostar, no entanto, achava que tinham pouca informação. Questionou o que se pretendia da Assembleia Municipal, hoje, que dissessem que sim, que concordavam com a ideia e avançavam com um projeto mais estruturado ou iriam aprovar o projeto estruturado que a maioria não conhece.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Referiu que, se nas Câmara Municipais que dirigem e que são autarcas, tinham muitas dificuldades num conjunto de processos, porque o serviço público não estava estruturado, este era o primeiro exemplo, em termos nacionais, numa Comunidade Intermunicipal. Disse que a transferência de competências do Estado era para as Autarquias e uma das decisões que tomaram no mandato passado foi transferir esta competência para a Oestecim, porque se entendeu que era muito mais viável uma estrutura de transportes de negociação com as empresas, no todo, do que cada concelho por si só. Adiantou que era conhecido que, nomeadamente a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Alcobaça e Nazaré, tinham alguns serviços urbanos da sua responsabilidade, outros negociados diretamente com outras participações.

Acrescentou que este era um processo complicado, para além das outras entidades, terá de ir ao Tribunal de Contas e se não tiver o conforto de todos os Municípios, naturalmente, seria mais difícil de ter parecer favorável. Expressou que era necessário perceber que a Oestecim iria comprar 51% do capital, à partida, terá o domínio da empresa e o Conselho de Administração, como qualquer outro, será escolhido pela Oestecim, logicamente negociado com a empresa, mas quem decidirá a política da empresa serão as Câmaras Municipais. Referiu que, atualmente, existiam mais dificuldades, embora pudessem conversar com a empresa para melhorar os serviços e as rotas. No entanto, o peso passará a ser diferente, porque poderiam fazer a gestão diretamente com a nova empresa e tinham, também, uma segunda via, no Conselho da Oestecim os Presidentes de Câmara, de quinze em quinze dias, teriam a oportunidade de pressionar. Clarificou que seria dado conforto com um parecer favorável ou não, e quem deliberava era a Assembleia Intermunicipal. Adiantou que o investimento que as Câmaras Municipais teriam de fazer, através da Oestecim, era de seis virgula oito milhões, sendo que, na primeira fase do negócio, o investimento seria de um milhão a ser pago pela Oestecim, posteriormente, seria faseado e de acordo com o Plano de Investimentos, mas também com perspetiva de candidaturas. Expressou que estava confiante, até porque quem iria gerir a empresa eram os autarcas que iriam decidir, nomeadamente os Presidentes da Câmara.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, relativamente a este assunto, a Coligação Democrática Unitária não tinha qualquer problema em votar a favor se compreenderem o que estava a ser discutido, mas faltava o modelo de gestão, e o senhor Presidente avançou com números que ele próprio não conhecia, e na discussão que fizeram de preparação da Assembleia Municipal não tiveram acesso a estes dados, o que significava que a circulação da informação não estava ao mesmo nível para todos. Disse, ainda, que precisavam saber qual era o investimento necessário e necessitavam de estar na posse de um conjunto de elementos que leve a uma votação consciente e responsável, mas a Coligação Democrática Unitária nunca inviabilizará uma solução de capital público de cinquenta e um por cento, no entanto, hoje, não iriam votar a favor, porque não têm o modelo de gestão.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a Assembleia Municipal não foi exclusivamente aberta aos senhores Deputados, foi aos membros da Assembleia Municipal, logo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei não participou, ou porque não teve informação, ou esteve distraído ou não quis. Referiu que existem incertezas, porque o processo não estava terminado, tinha o seu percurso a decorrer e deveria ser melhorado no seu desenvolvimento.

Hugo Martins (GCEPP):

Referiu que a Assembleia Municipal de Peniche elegeu quatro Deputados Intermunicipais, nomeadamente, ele próprio, o senhor Deputado Francisco Salvador, o Senhor Presidente da Mesa, Joaquim Farto, e a Coligação Democrática Unitária também tem um Deputado Intermunicipal, que certamente foi convocado para estar presente na reunião, logo, teve acesso à informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que enquanto fosse Presidente de Junta de Freguesia nunca participaria numa reunião de uma Intermunicipal, porque se não tinha direito a participar na votação das pessoas que fazem parte daquela comissão, também não iriam contar com a sua presença numa reunião daquele órgão, independentemente do tema, porque os Presidentes de Junta foram discriminados e não fazem parte do processo de votação. Em relação à informação, reforçou o que disse, não existe nenhuma proposta de modelo de gestão.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que a reunião não foi da Assembleia Intermunicipal, foi uma reunião promovida pela Oestecim para todos os Deputados e membros das Assembleias Municipais.

Deliberação n.º 7/2022: Considerando que:

- a) A Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oestecim) é a Autoridade de Transportes para o seu território;
- b) Os Municípios que integram a Oestecim delegaram nesta, por contrato interadministrativo, as suas competências como Autoridade de Transportes;
- c) A Comunidade Intermunicipal do Oeste pretende implementar um modelo de mobilidade público, universal e tendencialmente gratuito;
- d) O modelo supramencionado visa o reforço e modernização da rede, designadamente o sistema de transportes coletivos públicos (infraestruturas de suporte e material circulante) intermunicipal;
- e) Foram definidas metas de descarbonização a curto e médio prazo, para as quais o transporte público de passageiros contribui de forma ativa;
- f) Os modelos de contratação seguidos por outras Autoridades de Transportes não têm conduzido aos resultados esperados, terminando muitos deles desertos;
- g) A absoluta necessidade de não existir qualquer rutura no serviço público do transporte rodoviário de passageiros;
- h) O Conselho Intermunicipal, na sua reunião de dezembro de 2021, deliberou a prorrogação das Autorizações Provisórias em vigor, mantendo-se as mesmas válidas até à celebração com o operador interno do contrato de serviço público e não excedendo o prazo máximo de dois anos.

Deliberado, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (5) e pelo Chega (1), e dez abstenções (10), dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3), pelo Partido Social Democrata (6) e pelo senhor Deputado José Joaquim Vitorino Pedrosa, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar a seguinte recomendação ao Conselho Intermunicipal:

- a) Que o modelo de mobilidade no território da Comunidade Intermunicipal do Oeste se processe através de um operador interno;
- b) Que a constituição desse operador interno se traduza na participação da Comunidade Intermunicipal do Oeste na estrutura acionista de uma sociedade comercial detida por um Operador já presente no território do Oeste, assumindo o controlo da mesma através da detenção de 51% do seu capital social. (Doc. 6)

A Bancada do Chega apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de Voto

O Partido Chega votou favoravelmente a constituição da empresa intermunicipal de transporte, por considerar que a eficiência da rede de transportes influencia diretamente o bem-estar das populações, no sentido em que promove condições de trabalho, estudo, acesso aos serviços e lazer, traduzindo-se numa melhoria geral das condições de vida dos cidadãos.»

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS MAPAS DE FLUXO DE CAIXA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2021:

A Assembleia passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP), que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 28 de janeiro de 2022.

Deliberação n.º 8/2022: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos, aprovar os mapas de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2021. (Doc. 7)

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2022 (MODIFICAÇÃO 1):

A Assembleia passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Francisco Salvador (PSD):

Disse que iriam votar favoravelmente, mas esperavam, no próximo ano, não ser convidados a votar novamente a incorporação de um saldo tão elevado, porque ouviram o senhor Presidente da Câmara referir as inúmeras obras que o Município carecia para resolver os problemas de controlo de fluxo de água, e sem falar dos problemas existentes de esgotos a céu aberto, mas se era para gastar que se gastasse.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Referiu que seria um milhão para a Serra d'El-Rei, esperava que a empreitada do reservatório elevado de Ferrel fosse lançada este ano, cerca de quatrocentos mil euros para os Fetais, esperava conseguir o do Santuário, a Rua do Carreirinho, em Geraldés, seria cerca de quinhentos mil euros, portanto, o dinheiro não será necessário para o que precisam.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Para que ficasse claro, disse que o nome daquele projeto era "Serra Mistura".

Deliberação n.º 9/2022: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos, aprovar a primeira alteração modificativa ao Orçamentos da Receita e da Despesa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2022 (Modificação 1). (Doc. 8)

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 10/2022: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e quinze minutos do dia vinte e seis de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda e última reunião da sessão ordinária do mês de setembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
